

POULANTZAS, A REVOLUÇÃO PORTUGUESA E A QUESTÃO DO EUROCOMUNISMO

João Arsénio Nunes (CEI/IUL, Lisboa)

I

Nicos Poulantzas foi um intelectual comunista. Em 1968, na altura da publicação da obra que o tornou imediatamente famoso¹, esta identificação só poderia surpreender pela banalidade ou pelo reducionismo. Feita hoje, soa estranha, de tal modo a expressão surge datada. E no entanto, entre os seus contemporâneos das décadas de 60 e 70, numa época em que a visão marxista e o compromisso político gozavam de reconhecimento no mundo da cultura, poucos intelectuais europeus terá havido a quem tão completamente a designação se pudesse ajustar. A militância na esquerda grega e a adesão ao Partido Comunista da Grécia (KKE) ocorrem em simultâneo com o trabalho na sua tese de doutoramento. A partir da conclusão desta, em 1964, e até ao suicídio, breves 15 anos depois, toda a sua intensa produção intelectual anda a par do envolvimento na luta política, tanto em relação aos assuntos da Grécia (nomeadamente pela adesão ao PC “do interior” quando, em 1968, ocorre a divisão no KKE, já sob a ditadura militar), como em França, na luta pela unidade da esquerda. Mas não apenas “a par”. Os temas do trabalho de Poulantzas, desde logo em *Poder político e classes sociais* - uma obra bastante abstracta na sua formulação e escrita num contexto de aparente estabilidade social e política, bruscamente alterada, na altura da publicação, com os acontecimentos de Maio de 68 -, estão directamente vinculados a uma preocupação e a um objectivo político. Essa característica é cada vez mais pronunciada nos livros seguintes: *Fascismo e ditadura*², de 1970, ligado à tentativa de compreensão da ditadura militar grega, ao esclarecimento das tendências autoritárias dos Estados democráticos (que alguns na extrema-esquerda assimilavam ao fascismo) e à investigação da história da Internacional Comunista; *Classes sociais no capitalismo de hoje*³, de 1974, que retoma a relação entre classes sociais e Estado numa abordagem

¹ Poulantzas 1968.

² Poulantzas 1970.

³ Poulantzas 1974.

sociológica centrada na nova pequena-burguesia e na reformulação do problema das alianças de classe em condições de capitalismo desenvolvido; *A crise das ditaduras. Portugal, Grécia e Espanha*⁴ (1975-76), suscitada pelo fim das ditaduras na Europa capitalista e a transição ao socialismo em que, no caso português, o regime democrático em formação declarava colocar-se; e finalmente *O Estado, o poder, o socialismo*⁵, de 1978, em que a questão do Estado é relacionada com as possibilidades de transição ao socialismo nas sociedades avançadas, que a hipotética vitória eleitoral de comunistas e socialistas em França, então unidos pelo Programa Comum, permitiria abrir. Além destas obras, quase todas extensas e densas de conteúdo, em uma dúzia de anos Nicos Poulantzas publicou ensaios e artigos de intervenção de dimensões variáveis, dirigiu coletâneas, além de dar cursos, fazer conferências, animar seminários, etc.

Nesta sequência, *A crise das ditaduras*, escrita no início de 1975, e a que acrescentou um importante Posfácio, em Junho de 1976, para a segunda edição, ocupa um lugar particular. Trata-se de uma obra aparentemente menor (em tamanho: 189 páginas na segunda edição francesa) e explicitamente assumida como “ensaio”, desprovido de notas ou referências bibliográficas. Não deixa de ser um trabalho ambicioso, que tem em conta não só os acontecimentos recentes mas também a história dos três países analisados.

É de certo modo um trabalho de transição, tanto do ponto de vista teórico como político. Como notou Bob Jessop no seu estudo clássico de 1985, nele Poulantzas afasta-se significativamente da sua abordagem anterior: “É só com *A Crise das Ditaduras* que ultrapassa a simples adesão à linha leninista acerca da frente única e/ou o empenhamento maoísta na linha de massas e guerra prolongada.”⁶ Sobretudo, e de certo modo paradoxalmente, a análise da crise política em três países da periferia europeia, e em primeiro lugar do caso português, foi a primeira oportunidade de observação “ao vivo”, e interpretação, da questão do Estado no processo da “transição ao socialismo” em sociedades europeias. A problemática da “transição para o socialismo” era na Europa ocidental de meados dos anos 70 uma verdadeira moda intelectual, associada à noção da impossibilidade da tomada do poder por via de revolução armada ou guerra revolucionária, bem como à inviabilidade e indesejabilidade da ditadura revolucionária

⁴ Poulantzas 1975 e Poulantzas 1976.

⁵ Poulantzas 1978.

⁶ Jessop, p. 282.

de partido único. Mas foi apenas em Portugal que, nessa época, a “revolução dos cravos” veio colocar concretamente o caso de uma ruptura política e social que não correspondia a nenhum dos tipos conhecidos de revolução e, ao centrar essa ruptura na iniciativa do corpo central do aparelho de Estado constituído pelas Forças Armadas, punha com evidência a impossibilidade de formação dum aparelho de Estado revolucionário à margem ou em mera contraposição ao Estado existente.⁷

Pelas posições que assumiu no debate político na Grécia e como militante, mas sobretudo pela teorização que desenvolve a partir de *A crise das ditaduras* e culmina em *O Estado, o poder, o socialismo*, Nicos Poulantzas teve o seu nome associado ao “eurocomunismo”. Ele próprio assumiu a expressão, apesar de críticas e reservas em relação a algumas das figuras e teses predominantes nessa corrente, especificando a sua identificação com o “eurocomunismo de esquerda”⁸. Era portanto de esperar que a sua análise da revolução portuguesa (expressão que aliás não utiliza) – i.e., do fim da ditadura e transição para um regime democrático em Portugal – fosse bastante crítica do Partido Comunista Português (PCP) e da orientação do seu líder, Álvaro Cunhal. Este com efeito, apesar das muitas qualidades que, sobretudo postumamente, lhe foram reconhecidas, ficou na voz pública e no registo mediático com a fama inapagável de guardião da ortodoxia soviética, inimigo declarado do “eurocomunismo” e protagonista duma estratégia e tática tendentes a repetir em Portugal, com evidente e rotundo fracasso, a revolução de 1917.

Longe de confirmar estes pressupostos, a leitura das passagens de “A crise das ditaduras” referentes a Portugal mostra-nos uma análise da situação que em vários aspectos coincide com a de Cunhal e do PCP.

Publicada em Abril, a primeira edição de *A crise das ditaduras* é concluída em Fevereiro de 1975, poucas semanas antes do golpe falhado de 11 de Março que, pela resposta que suscitou, veio a impulsionar decisivamente a viragem à esquerda em Portugal e a definição socialista do “processo revolucionário em curso” (Prec). A segunda edição da obra é de fins de 1976 e contém um importante posfácio datado de Junho desse ano, sete meses passados sobre os acontecimentos de 25 de Novembro de

⁷ Citando de novo Jessop: “Agora ele (Poulantzas) enfatiza a necessidade de uma cuidadosa articulação de lutas políticas à distância do Estado, no interior do Estado e pela transformação do Estado. A este respeito a experiência portuguesa provou ser decisiva para revelar as limitações de abordagens comunistas e social-democratas mais ortodoxas à democratização e transformação socialista.” (Jessop, 282).

⁸ Poulantzas 1979.

1975, que puseram termo ao Prec. Quer dizer, acerca de Portugal, e salvo intervenções de circunstância, Poulantzas não escreveu durante o período em que tiveram lugar as mais importantes mudanças revolucionárias (nacionalizações, reforma agrária e institucionalização do controle operário), ao mesmo tempo que se realizaram eleições (com resultados favoráveis à social-democracia e à direita) e o poder político, encabeçado por um Conselho da Revolução militar, se assumiu como visando o socialismo.

Dada a mudança das circunstâncias, a análise e as preocupações do autor variam, entre o escrito na primeira edição e no posfácio da segunda, não obstante a coerência do pensamento. Esquemáticamente poder-se-ia dizer que na primeira edição é feita uma crítica de esquerda às limitações das transformações realizadas, ao passo que no posfácio da segunda se exprimem principalmente críticas de sentido oposto aos erros esquerdistas que facilitaram o fracasso da orientação socialista.

Nicos Poulantzas foi um observador atento das transformações do capitalismo internacional no início dos anos 70 e das implicações que elas tinham na estrutura das relações entre o centro americano e o capitalismo dos países europeus, bem como nas relações entre os países dominantes do sistema imperialista e as burguesias dos países dependentes da periferia europeia, Portugal, Grécia e Espanha, nos quais se tinha iniciado a crise das ditaduras e aberto um processo de democratização. Situando a origem da crise das ditaduras, nos três casos, na contradição entre “burguesia interna” (dotada de ou aspirando a algum grau de autonomia) e “burguesia compradora” (enfeudada ao capital estrangeiro), o autor grego observa que o processo de libertação nacional, apesar da sua génese nestas circunstâncias, não poderá deixar de incluir algumas medidas “que recortam e recobrem um processo de transição ao socialismo”⁹. Entrando concretamente na análise do caso português, nota, no princípio de 1975 (i.e., já depois do 28 de Setembro e do afastamento do general Spínola e dos chefes militares de direita), que não se verificou um “encadeamento entre o processo de democratização e um processo de transição ao socialismo e de libertação nacional” (p. 62), não tendo sido tomadas medidas anti-monopolistas ou qualquer iniciativa de reforma agrária. Regista ainda que, embora seja uma particularidade do caso português “a força do movimento popular e a fraqueza da burguesia interior”, esta acha-se “bastante bem

⁹ Poulantzas 1975, p.21. Doravante as menções de página sem indicação de autoria referem-se a esta obra.

representada actualmente nas forças políticas ‘progressistas’ em Portugal”, nomeadamente no próprio Movimento das Forças Armadas (MFA) e nos partidos da social-democracia (Partido Socialista, PS, e Partido Popular Democrático, PPD), observando que estes representam “*a efectiva reestruturação política da burguesia sobre a base do novo compromisso entre burguesia interior e burguesia compradora*” (p. 67). Com assinalável acuidade, prevê porém que, embora a “via eleitoral” tenda a impor-se – com inevitáveis consequências conservadoras -, é ainda possível que venha a iniciar-se uma efectiva política antimonopolista a partir da “‘institucionalização’ ulterior do papel do MFA” - o que justamente virá a dar-se na sequência do golpe falhado de 11 de Março. Em qualquer caso, para ele “a consolidação ainda que apenas do próprio processo de democratização necessitará consideráveis transformações e depurações dos aparelhos de Estado e do exército” (p. 68).

Embora considerando sempre que o ponto de partida da saída dos regimes ditatoriais residiu na divisão no seio das classes dominantes, Poulantzas entende simultaneamente que a luta das classes populares acabou por ser “o factor determinante”, até porque “as contradições internas dos regimes foram elas próprias determinadas pelas lutas populares” (p. 81).

Constatando, por um lado, que a influência das lutas populares na queda das ditaduras fora essencialmente indirecta, por outro que a evolução subsequente no sentido da democratização era dirigida, no caso português, por um movimento nascido no próprio aparelho militar e que em parte nenhuma houve “reais tentativas de criação de ‘soviets’” (p. 92), coloca-se a questão de saber se a política da esquerda, e nomeadamente do partido comunista, podia e devia visar a constituição de sistemas de conselhos ou soviets *em contraposição* ao Estado.

A resposta é negativa, desde logo porque não dispendo tal tentativa, nas condições existentes, de suficiente apoio popular, estaria condenada ao isolamento e a ser esmagada. Mas ela envolve um problema mais geral, que é a própria concepção do Estado, no sentido de poder político. Desde *Poder político e classes sociais* que Poulantzas recusara (na linha de Gramsci) que o Estado pudesse ser exaustivamente definido pelos aparelhos em que se estrutura e a classe que os domina. Na base duma ideia de autonomia relativa do Estado que desde então defendera, define-o agora como “*uma relação*: mais precisamente, a condensação da relação de forças entre as classes”

(p. 84). É esta a tese que depois elaborará de forma mais aprofundada em *O Estado, o poder, o socialismo*.

Dadas as contradições que atravessam o aparelho de Estado, e o facto de o processo de democratização interessar a uma *aliança de classes* de que a pequena-burguesia, massivamente presente no Estado e nomeadamente nas Forças Armadas, é parte essencial, não faz sentido, na sua perspectiva, conceber uma política revolucionária de contraposição frontal ao Estado, que nestas condições teria significado contraposição ao próprio MFA, autor do 25 de Abril.

Ao mesmo tempo, Poulantzas sublinha, no princípio de 1975, as limitações que se mantinham no processo de democratização e de ruptura com o regime ditatorial, nomeadamente a continuação de aparelhos e figuras responsáveis a todos os níveis, combinando-se, sobretudo no interior, com a permanência do poder e influência de autoridades tradicionais e da Igreja, que tendem a constituir uma verdadeira “rede estatal paralela” (p. 105). E, prevendo que “a questão da transição para o socialismo vai colocar-se em toda a sua acuidade” (p. 131), afirma: “uma radical democratização só pode ser alcançada na medida em que se realize um verdadeiro ‘processo ininterrupto e por etapas para o socialismo’” (p. 106).

II

No decurso do período aberto pelo levantamento militar de 25 de Abril de 1974 (“revolução dos cravos”), o PCP foi essencialmente objecto de dois tipos de críticas: a crítica da direita em geral e da social-democracia, por pretender dirigir o processo de transformação política e social, e finalmente tomar o poder, apesar da sua limitada influência eleitoral; a crítica de esquerda, nomeadamente dos grupos maoístas (e, em menor medida, trotskistas), acusando-o por abandonar a ideia leninista de revolução dirigida contra o Estado burguês a partir da formação de um aparelho alternativo de conselhos de trabalhadores. Com estas questões centrais relacionavam-se todas as outras: natureza de classe da revolução de Abril, avaliação do e relacionamento com o MFA, alianças de classes e alianças políticas, participação no Governo e no aparelho de Estado, posição perante as eleições para a Assembleia Constituinte.

Não eram questões essencialmente novas na história do movimento comunista. Mas a difusão de ideologias e de expectativas socialistas na Europa ocidental após o Maio de 68 veio actualizá-las. Em particular, em coincidência

cronológica com a fase mais intensa do Prec em Portugal, teve certa projecção o “eurocomunismo”, a designação jornalística (e por um tempo oficialmente aceite) que foi dada às ideias expressas pelos PC de França, Itália e Espanha, formalmente apresentadas numa série de encontros, realizados entre 1975 e 1977, que envolveram os respectivos secretários-gerais, Marchais, Berlinguer e Carrillo . Em síntese, essas ideias salientavam a recusa do modelo soviético e da Europa de leste, o compromisso com a democracia parlamentar e a ideia de uma transformação político-social gradual e pacífica, através de amplas convergências com outras forças políticas e sociais, em especial, no caso italiano, o partido da Democracia Cristã.

O PCP não teve intervenção directa no movimento militar que derrubou a ditadura. No entanto, à data de 25 de Abril de 1974, era o único partido que dispunha de uma estrutura organizada, unida e militante. Era além disso o único que, além de implantação social e influência cultural conquistada ao longo de décadas, contava com uma tradição de análise, reflexão e proposta acerca das condições do país e das transformações a realizar. Nessa elaboração teve papel decisivo, desde os anos 40, o líder do partido, Álvaro Cunhal, autor dos principais relatórios políticos apresentados aos congressos (excepto o V congresso, de 1957, por estar na prisão) e da estratégia da “revolução democrática e nacional”. Nos seus fundamentos, o pensamento de Cunhal não inovava teoricamente em relação à estratégia antifascista definida por Dimitrov desde 1935 e actualizada no contexto da II Guerra mundial e das Resistências, aliás património essencial dos partidos comunistas europeus e ponto de partida das noções de “democracia avançada” e mesmo de “compromisso histórico” defendidas pelos “eurocomunistas”. O que a especificava era a insistência no carácter contraditório da formação social portuguesa, como país simultaneamente colonizador e dependente do estrangeiro, e, sobretudo a partir do relatório de 1964, *Rumo à Vitória*¹⁰, a ideia do encadeamento necessário entre a conquista da liberdade política e as transformações sociais, devido ao alto grau de concentração da economia portuguesa, ao entrelaçamento entre os monopólios e o regime fascista e à dependência do capital estrangeiro. Como escreveu o sociólogo Villaverde Cabral, “Cunhal concilia habilmente um conceito geral de antifascismo, capaz de atrair largos estratos das classes médias, com uma visão mais

¹⁰ Cunhal 1974.

específica do antifascismo como um passo no caminho para o socialismo (...) A sua análise da sociedade portuguesa não carecia de pertinência: o seu programa de 1964 para a “revolução democrática e nacional” foi virtualmente cumprido dez anos depois (...) Ele parece ter tido razão em acreditar que, nas condições específicas da sociedade portuguesa, o movimento antifascista continha uma certa dinâmica social e económica que ia francamente além do simples derrube da ditadura”¹¹.

Não cabe neste texto analisar como esta estratégia se concretizou nas décadas em que o PCP viveu na clandestinidade. Basta referir que ela implicou sempre uma grande atenção aos comportamentos políticos da pequena-burguesia e das classes médias em geral, não só através dos contactos com os grupos oposicionistas que de algum modo as representavam, como através dum esforço de organização próprio dirigido a essas camadas. Por outro lado, desde a reorganização de 1940 que o partido adoptara uma tática sistemática de penetração nos sindicatos oficiais e nas organizações legais em geral. Com o aprofundamento da crise do regime na viragem para os anos 70, no período do governo de Marcelo Caetano, o PCP encontrou-se assim em condições de explorar sistematicamente a nova situação, chegando a fundar, em condições de semi-legalidade, uma *Intersindical* de real implantação e em que a sua influência era predominante. É uma experiência a que Poulantzas alude explicitamente: “viu-se nomeadamente, de modo espectacular, com o PC português, que tinha conseguido ter praticamente nas mãos os sindicatos oficiais, o que ajudou consideravelmente a luta da classe operária no processo de derrube do regime” (p. 90). A própria génese do MFA não foi independente da influência social e cultural das aspirações democráticas antifascistas, de que o PCP foi o principal organizador, influência que se aprofundou perante a crise do regime.

O PCP não punha por isso a questão da destruição do Estado burguês e da sua substituição por um “Estado proletário”. Colocou sim o objectivo da destruição do Estado fascista e sua substituição por um “Estado democrático”, cuja natureza de classe não era *a priori* definida¹².

Nesta sequência, seria absurdo se, a partir de 25 de Abril, assegurado o objectivo que desde sempre o Partido pusera no centro do seu programa – a conquista da liberdade política -, o PCP se colocasse em oposição frontal aos militares “pequeno-

¹¹ Cabral, p. 192.

¹² Cunhal 1974, pp.132-134; Cunhal 2007.

burgueses” que formavam o MFA, ou mesmo aos generais burgueses que aqueles reconheciam como chefes. A sua tática consiste, pelo contrário, em acompanhar a lógica própria dos interesses e da mentalidade dos militares revolucionários, sem perder de vista que, em razão da sua composição social, dos ideais que animavam o MFA e da questão maior representada pela urgência em pôr fim à guerra colonial, num contexto em que todos os grupos sociais se movimentavam e a luta de classes se intensificava, também o posicionamento dos militares era susceptível de evoluir num sentido favorável aos objectivos de democratização e transformação social. Isto é, do ponto de vista das relações de classe, o MFA funcionava ao mesmo tempo como índice e como factor importante dos comportamentos e disposições da pequena-burguesia, e mesmo mais latamente das classes médias no seu conjunto. É esta uma questão a que também Poulantzas dedica muita atenção, e dum modo que (apesar da inevitável diferença de tom e de forma entre análises que interferem directamente na luta política em curso e as que são feitas em perspectiva científica à distância dos acontecimentos) em muitos aspectos coincide com a visão do PCP. O autor grego caracteriza o MFA como “movimento correspondente a uma nítida radicalização à esquerda da pequena-burguesia” (p. 113). Lembra por outro lado que a refacção das contradições de classe no seio do aparelho militar é mediada pelas características ideológicas próprias deste – o que determina a importância central de questões como a integridade do Estado ou a manutenção da “ordem”.

O decurso dos acontecimentos no primeiro ano sucessivo ao derrube da ditadura confirmaria o bem fundado desta tática. Pode dizer-se que o PCP andou sempre, sem esconder o conjunto dos seus objectivos ideológicos e programáticos, um passo – mas apenas um passo – adiantado em relação às preocupações e objectivos capazes de em cada momento reunir consenso maioritário entre os cerca de 400 militares (em acelerado e turbulento processo de formação político-ideológica no próprio curso dos acontecimentos) que compunham o MFA, sem nunca perder de vista que eles constituíam apenas cerca de uma décima parte do conjunto das Forças Armadas.

A constância no apoio à unidade povo-MFA, ao programa do MFA e aos seus órgãos, bem como ao poder constituído na sequência do 25 de Abril, em referência ao objectivo prioritário da formação de um regime democrático, foi decisiva para a consolidação da liberdade política e a implantação do PCP como partido de massas.

Mas foi além disso a base em que assentou a transformação do levantamento ou golpe militar em processo revolucionário. A incompatibilidade entre a continuação do domínio do grande capital na mesma forma e as condições de liberdade, incompatibilidade que atravessava os órgãos do poder, vai traduzir-se em sucessivas crises políticas: “golpe Palma Carlos” em Julho, tentativa de Spínola, ainda Presidente, de mobilização da “maioria silenciosa” em 28 de Setembro, seu fracasso e demissão, finalmente a passagem ao putsch militar, de novo sob a direcção de Spínola, em 11 de Março de 1975, que desencadeia a tomada das medidas de nacionalizações e reforma agrária e a proclamação da orientação socialista da revolução. Cada uma destas crises políticas teve na sua origem a tentativa das classes dominantes e da direita política, que tinham em Spínola a sua referência agregadora e o candidato a novo ditador, de contrariar a liberdade de acção e a capacidade de influência ganhas pelo movimento popular e traduzidas em sucessivas conquistas: do salário mínimo às comissões de moradores e de trabalhadores, à melhoria das condições de vida e trabalho, à implantação dos sindicatos e realização da liberdade de associação e manifestação, em suma, ao estabelecimento de condições de dignidade e exercício de direitos que o fascismo impedira durante meio século. Tentativas reaccionárias que andaram sempre conjugadas com o projecto neocolonialista de que o mesmo Spínola era arauto e para que activamente procurou apoios internacionais (de Nixon a Mobutu, com quem teve encontros) que implicavam, duma ou doutra forma, a continuação da guerra colonial.

A política do PCP de participação nos governos provisórios e identificação com os objectivos do programa do MFA, centrados no fim da guerra colonial e edificação de um regime democrático através de eleições livres, foi decisiva para que, em cada uma destas crises, a concentração de forças - sociais, políticas e militares – do lado democrático se revelasse superior às forças da reacção e o processo revolucionário pudesse prosseguir. Era porém indispensável, para a sua consolidação e aceitação – isto é, para a conquista de uma verdadeira hegemonia da esquerda não só ao nível do poder político mas na sociedade portuguesa – que a aliança de classes expressa pelo MFA tivesse a sua correspondência em aparelhos políticos “civis”, i.e. numa aliança partidária suficientemente ampla ou no surgimento de novas formações políticas da esquerda com efectiva implantação popular.

Não foi o que aconteceu. Sobretudo a partir de 28 de Setembro, o Partido Socialista – apesar das formulações radicais e das promessas do seu programa –

orientou-se para conter e fazer retroceder as transformações realizadas, não hesitando para isso em utilizar, primeiro, cumplicidades encapotadas com Spínola e, depois do 11 de Março, uma enorme campanha de pressão internacional. Foi no entanto, em condições sociais e culturais que permaneciam inalteradas em grande parte do país, o partido mais votado nas eleições de Abril de 1975 para a Assembleia Constituinte. A partir daí aquilo que o PCP designou de as “duas dinâmicas” da revolução portuguesa – a revolucionária e a eleitoral – desenvolveram-se em sentidos parcialmente opostos.

Não é aqui possível resumir o complexo desenvolvimento dos oito meses cruciais, entre 11 de Março e 25 de Novembro de 1975, durante os quais esteve em aberto a possibilidade de estabilização de um poder democrático-revolucionário de orientação socialista. A aliança entre a esquerda militar, o PCP, o Movimento Democrático Português (MDP) e parte das formações da “extrema-esquerda”, apoiada na dinâmica do movimento popular, possibilitou a formação dos IV e V governos provisórios, de Vasco Gonçalves, que implementaram as nacionalizações da banca e dos grupos monopolistas, a reforma agrária, o controle operário, criando assim as bases duma nova estrutura económico-social. Ganharam desenvolvimento, com apoio das Forças Armadas, comissões de trabalhadores e comissões de moradores, formas diversas de intervenção popular e de democracia directa, que porém jamais alcançaram extensão, consistência organizativa e unidade ideológica que permitisse configurá-las como base de um poder de Estado alternativo. O PCP apoiou decididamente estas transformações. Porém, a curto trecho se revelou que a deslocação do Partido Socialista num sentido oposto à transformação social e económica em curso, a dimensão dos apoios internos (de toda a reacção de direita unida no objectivo táctico de inverter o curso revolucionário-democrático) e internacionais de que dispunha, não poderiam deixar de reflectir-se no seio do próprio MFA e alterar a relação de forças no seu interior. É o que se consuma em finais de Agosto, provocando a demissão de Vasco Gonçalves e pondo termo ao predomínio das posições da esquerda no governo e no Conselho da Revolução.

Se toda a acção política do PCP desde o 25 de Abril implicou uma combinação complexa entre fidelidade aos objectivos programáticos e adaptação a situações rapidamente mutáveis e com componentes diversas, mais complexas ainda foram as exigências colocadas por esta crise. A radicalização de certos sectores da sociedade e dos militares abria a oportunidade de mudanças decisivas, ao mesmo tempo

que corria o risco de quebrar a unidade de forças sociais e políticas, e mesmo a identificação ideológica mínima, indispensáveis como sustentação dum Estado democrático. Nestas condições, mesmo antes da queda de Vasco Gonçalves, o PCP orientou-se decididamente para a busca de um compromisso com as forças civis e militares moderadas, nomeadamente o “grupo dos nove”, na base da confirmação das conquistas alcançadas e da aceitação de um regime de base parlamentar.

Era esta uma possibilidade que, ainda antes dos acontecimentos de 11 de Março, Poulantzas previa como eventualmente necessária e aconselhável perante uma nova ameaça ditatorial: “mais vale não aguardar o momento em que o movimento popular se acha na defensiva, em que os diversos ‘compromissos históricos’ podem surgir como um recurso, *in extremis*, contra um regime de excepção [i.e., ditatorial]”, escrevia (p.136).

Esse compromisso não foi possível, como o PCP o propunha, nas condições do “Verão quente” de 1975¹³. O dinamismo do próprio movimento popular e de parte dos militares revolucionários, a falta de unidade política no campo dos partidários do socialismo, insuficiente flexibilidade e esclarecimento político na base militante, incluindo entre os apoiantes do PCP, e sobretudo a arrogância e ambição dos dirigentes do PS, embalados pelo apoio tático de toda a direita, do imperialismo e da social-democracia europeia, inviabilizaram-no.

No entanto o esforço dispendido nesse sentido e o esclarecimento que proporcionou não foram em vão. A formação do VI governo provisório, em Setembro de 1975, no qual o PS e os militares que lhe são afectos ganham preponderância, representa uma primeira inversão do curso revolucionário. Mantendo presença no governo e agindo em todas as esferas da vida social, o PCP anima a resistência à ofensiva reaccionária ao mesmo tempo que persiste na busca dos compromissos necessários à aprovação de uma Constituição do regime democrático que mantenha o essencial das conquistas revolucionárias.

Os acontecimentos do 25 de Novembro estiveram à beira de pôr em causa esse objectivo central. Também neste caso o comportamento do PCP facilitou que entre os vencedores do golpe prevalecessem aqueles que aceitavam a formação dum regime democrático e não a instauração duma nova ditadura.

¹³ V. em especial o histórico discurso de Álvaro Cunhal no Comité Central de 10 de Agosto de 1975: Cunhal 1976, pp. 127-166. V. também Cunhal 1999, pp. 202-212.

A permanência, entre a maioria da população portuguesa e mesmo no seio das Forças Armadas, apesar de o MFA deixar praticamente de existir, das ideias que tinham inspirado a revolução de Abril e as transformações de sentido socialista, permitiram a aprovação, em Abril de 1976, de uma Constituição cujo artigo segundo expressivamente dizia: “A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democrática, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras”.

Como Álvaro Cunhal pouco depois viria a escrever, “a Constituição tornou-se, numa situação política muito instável, uma plataforma para a reunificação das forças da democracia e do progresso social.”¹⁴

III

Interessará ver agora como é que, no posfácio de Junho de 1976 à segunda edição da “Crise das ditaduras”, Nicos Poulantzas analisava a situação emergente do 25 de Novembro e da formação do regime constitucional. É evidente que a posição de teórico e comentador histórico em que procede a esta análise é completamente diferente daquela em que, por exemplo, Cunhal, pouco tempo depois, no relatório ao VIII Congresso do PCP reunido em Novembro de 1976, analisa os mesmos acontecimentos. Algumas semelhanças e diferenças merecem entretanto ser notadas.

Poulantzas considera que apesar de tudo “a aliança das classes populares (...) se mantém” e que, apesar do recuo que significa, o 25 de Novembro “também não foi o regresso em força da ‘reação’” nem “recolocou em causa o processo de democratização”¹⁵. Cunhal, referindo-se a essa data como “uma grande derrota”, escreve que “não representou a derrota definitiva da Revolução.”¹⁶

Diversamente de uma grande parte dos comentadores e turistas revolucionários estrangeiros que em geral viram na mobilização popular e dos militares uma revolução socialista original, Poulantzas – embora sublinhando que esta

¹⁴ Cunhal 1976a, p. 190.

¹⁵ Poulantzas 1976, p. 180.

¹⁶ Cunhal 1976a, p.170.

mobilização foi incomparavelmente superior à ocorrida em Espanha ou na Grécia - teve uma noção muito sóbria das suas limitações: “Não se tratou”, afirma, “do fracasso de um processo de transição ao socialismo já posto em marcha: em momento nenhum do período em questão a situação em Portugal rompeu realmente os limites de uma etapa de democratização.”¹⁷ É no fundo uma tese que não diverge da contida no programa do PCP, o qual considerava mesmo as transformações socialmente mais avançadas – nacionalizações, reforma agrária e controle operário – como parte da “revolução democrática e nacional”.

Poulantzas considera a seguir que o que realmente se perdeu – “por muito tempo”, afirma, e a História dar-lhe-ia razão – foi “a hegemonia e a direcção deste processo de democratização por parte das massas populares.”¹⁸

Também o diagnóstico das causas desta perda, do ponto de vista social, não é muito diferente do que fará Cunhal ao assinalar como “uma das falhas mais graves” da revolução “não ter dado resposta adequada aos interesses e aspirações dos pequenos agricultores”¹⁹. Escreve o autor grego que a aliança das classes populares não foi suficientemente alargada e mesmo, muito frontalmente que “a radicalização das massas populares *foi e permaneceu minoritária no conjunto do país.*”²⁰

Outras causas apontadas para o fracasso de uma possível hegemonia das classes populares que abrisse o caminho da transição ao socialismo são a divisão na própria classe operária, a incapacidade de tomar medidas em relação ao domínio do capital estrangeiro – apontada por Cunhal como a frente de luta “em que a Revolução portuguesa menos avançou”²¹ -, a permanência, apesar dos saneamentos, da continuidade de estrutura do aparelho de Estado, inclusivamente nas Forças Armadas (o que por seu turno tem a ver com o carácter minoritário do MFA) e ainda o facto de que “em nenhum momento se pôde constatar a situação característica de *duplo poder* resultante da organização de um poder popular centralizado, *paralelo* e *exterior* ao aparelho de Estado oficial, condição importante para uma transição ao socialismo”.²²

¹⁷ Poulantzas 1976, p.158.

¹⁸ *Ibidem*, p. 159.

¹⁹ Cunhal 1976a, p. 104.

²⁰ Poulantzas 1976, p. 162.

²¹ Cunhal 1976a, p. 117.

²² Poulantzas 1976, p. 166.

A tese da existência do duplo poder, que só se teria visto impossibilitado de fazer a sua prova de vida e realizar a revolução socialista, com apoio da esquerda militar, por em 25 de Novembro o PCP, em obediência aos imperativos da “partilha de Ialta”, ter recusado apoiar os militares sublevados, tem sido

Quanto à possibilidade que efectivamente existiu, a da prossecução de um processo de democratização sob a hegemonia das classes populares, Nicos Poulantzas examina detalhadamente o comportamento dos diversos protagonistas da esquerda, partidos e organizações. A sua crítica é particularmente contundente em relação ao PS e à “orientação fundamentalmente direitista da sua direcção”, que nunca procurou senão “um processo de democratização sob hegemonia da burguesia interior” e o “compromisso com o capital estrangeiro e a burguesia monopolista.”²³ Critica também fortemente as “oscilações” – entre democratização e transição para o socialismo – que atribui ao PCP, assim como uma política sectária em relação ao PS. Nega porém, contrariamente ao mito propagado e ainda hoje largamente aceite, que o Partido Comunista tenha praticado uma tentativa de “assalto ao palácio de Inverno”, ou que tivesse qualquer responsabilidade na ocupação do jornal “República”, facto este largamente propagandeado no estrangeiro como exemplo da procura totalitária de domínio dos meios de comunicação . Atribui-lhe uma política de controle do aparelho de Estado, nomeadamente, quanto ao Exército, através da 5ª Divisão do Estado-Maior, o que corresponde a conferir ao PCP uma capacidade muito exagerada em relação à realidade (como aliás se pode ver pelas críticas de Cunhal à esquerda militar). A crítica é ainda muito forte em relação às organizações da “extrema-esquerda”, nomeadamente o MRPP, ao qual atribui “considerável responsabilidade pelo fracasso.”²⁴

A parte mais interessante do “Posfácio” de 1976 reside provavelmente nas conclusões acerca da necessidade para a esquerda, no decurso dos processos de democratização, de combinar o impulso à formação de órgãos de democracia directa ou “poder popular” com o investimento e transformação do aparelho de Estado existente. Mas esta foi, na sua essência, justamente a política preconizada e prosseguida pelo PCP, independentemente de erros de aplicação e do predomínio de uma concepção instrumental que privilegiava a simples “ocupação” do aparelho de Estado.

IV

persistentemente sustentada por Raquel Varela nas suas obras: Vide Varela 2011, Varela 2014, Varela (coord.) e Varela *et alii*. Em sentido contrário ver, nomeadamente: Fonseca 1983, Sperling 1987, Sperling 2014, Cerezales 2003, Chilcote 2010, Rosas 2014 ou ainda o artigo do último in Varela (coord.), pp. 254-283.

²³ Poulantzas 1976, p. 170.

²⁴ *Ibidem*, p. 175.

As questões da relação entre democracia e socialismo têm hoje, em relação com a crise económica e social, as manifestações do autoritarismo de Estado, o crescimento da extrema-direita, a crise da soberania e a ausência de democracia em estruturas supra-nacionais como a União Europeia, um renovo de actualidade. Nicos Poulantzas foi em muitos aspectos um precursor na detecção e análise destes temas e não é por acaso que *L'État, le pouvoir, le socialisme* foi em anos recentes reeditado²⁵.

Estas questões estiveram também no centro das propostas e dos *slogans* do “eurocomunismo”. Porém, enquanto movimento político que pretendia superar os impasses da esquerda e trazer a boa nova duma “terceira via”, o “eurocomunismo” não sobreviveu aos seus criadores. Como nota Silvio Pons, à época do falecimento de Berlinguer, em 1984, o termo já caíra em desuso. Como estratégia, findou “sem deixar nenhuma realização política duradoura.”²⁶ E “como movimento político foi um fracasso. O seu principal resultado foi enterrar o comunismo internacional igualmente na Europa.”²⁷

A revolução portuguesa, com lutas de classes e movimentações de massas que ultrapassavam a lógica da democracia parlamentar e dos acordos partidários, surgiu como um factor de perturbação para alguns dos partidos comunistas europeus então envolvidos em negociações de governo, em particular com forças da democracia-cristã e da social-democracia. Foi o caso nomeadamente do PCI e do PCE, e em menor medida do PCF, que não se coibiram de exprimir críticas ao PCP e ao processo revolucionário em Portugal, num momento em que estes se defrontavam, não só com a oposição política da direita e da social-democracia nacional e internacional, mas também com acções de violência terrorista.²⁸ Por seu lado o PCP, não obstante manter relações regulares com estes partidos, já antes do 25 de Abril não escondia a sua posição crítica em relação a algumas tendências da respectiva evolução, nomeadamente quanto à interpretação e consequências da coexistência pacífica, ou quanto à apreciação do regime soviético ou do Mercado Comum²⁹. Em relação ao “eurocomunismo”, Cunhal não se limitou a classificá-lo depreciativamente como “uma moda que passará”³⁰.

²⁵ *L'État, le pouvoir, le socialisme*, Paris, Les Prairies Ordinaires, 2013.

²⁶ Pons 2010, pp. 65, 63.

²⁷ Pons 2014, p. 293.

²⁸ V. Alex MacLeod 1984.

²⁹ V. por ex. “Intervenção na conferência dos Partidos Comunistas dos países capitalistas da Europa” de Janeiro de 1974: Cunhal 2008, pp. 769-781.

³⁰ Cunhal 1977.

Aceitando que o termo “entrou de facto no dicionário político da actualidade”, logo contestou “que exista isso a que se chama eurocomunismo”³¹, dada a variedade de situações nos países europeus e a necessária diversidade das mudanças revolucionárias. Reconheceu entretanto haver no tema “dois aspectos”: um, “a busca justa e necessária de cada partido comunista de um caminho, de acordo com as condições específicas, económicas, políticas e tradicionais de cada país, e isso é o que fazemos em Portugal”; o outro aspecto seria a tentativa de opor os projectos políticos para países da Europa capitalista à experiência histórica do socialismo, o que representaria uma divisão do movimento revolucionário que o PCP rejeitava³².

Quanto a Nicos Poulantzas, se é certo que se reconheceu no “eurocomunismo”, fez questão de sublinhar a diferença entre o que entendia por eurocomunismo “de esquerda” e “de direita”. Este foi o que prevaleceu nos partidos comunistas que adoptaram a fórmula, conduzindo à sua auto-liquidação ou extinção. Assentava numa valorização exclusiva dos mecanismos da democracia burguesa e na procura da máxima adaptação da própria prática, e finalmente também da ideologia, aos requisitos impostos pela procura do êxito eleitoral e da “governabilidade” (mesmo quando esta é obtida à custa da representação democrática). Nicos Poulantzas criticou muito claramente esta concepção, em especial uma concepção de hegemonia, falsamente inspirada em Gramsci, que se diluía na ideia de “consenso” como condição do acesso ao poder: “Para mim a questão do consenso nacional”, afirmou, “tem de ser vista muito mais no processo do socialismo democrático do que como condição do próprio socialismo democrático. Dizer que é preciso 80% do povo para criar a unidade necessária para um governo da esquerda é uma contradição nos termos.”³³

O “eurocomunismo de esquerda”, como Poulantzas o defendeu, implicava essencialmente três componentes: a multiplicação de instâncias de participação popular directa na gestão política a todos os níveis, como as que surgiram no decurso da revolução portuguesa e foram acolhidas na Constituição de 1976; a “transformação radical” do aparelho do Estado democrático, no sentido de reforçar os mecanismos de acessibilidade e controle; e “um ponto de viragem decisivo, que não será uma guerra

³¹ Entrevista a *Il secolo XIX*, 10.7.1976: Cunhal 2015, p. 402.

³² Cunhal 1977.

³³ Poulantzas 1979.

civil mas implicará uma profunda crise do Estado e uma viragem na relação de forças interior ao próprio Estado.”³⁴

Em pelo menos um ponto há no entanto uma divergência entre o pensamento de Poulantzas, na última fase da sua vida (e que esclarece em parte algumas das críticas ao PCP contidas na *Crise das ditaduras*) e o de Álvaro Cunhal: a sua distanciação em relação a Lenin, em contraste com a persistência do marxismo-leninismo no PCP³⁵.

É evidente que manter o leninismo não pode ser, como não foi em 1974/75, “repetir 1917”. A concepção estratégica de Lenin em 1917 (aliás com propostas concretas que variaram, em função da rápida transformação da situação, entre Fevereiro e Outubro) estava directamente ligada à hipótese da revolução mundial, que teve um curso muito diferente do previsto na época da formação da Internacional Comunista. O nexó democracia-socialismo (e entre revolução democrática e revolução socialista) foi equacionado de diferentes maneiras desde as origens do bolchevismo³⁶ e ao longo da história do movimento comunista.

Nas condições da crise mundial, e em particular europeia, contemporânea, embora continuem a predominar os factores contrários ao socialismo, à democracia e à paz, o quadro das mobilizações sociais e dos elementos de contradição nas relações económicas e políticas mundiais oferece um panorama muito diferente do que aparentava estabelecer-se, sob a indisputada hegemonia americana, no final do século XX. As grandes crises ocasionam necessariamente grandes mudanças – reaccionárias, reformistas, revolucionárias. “Cientificamente não se pode prever senão a luta”, dizia Gramsci.

É em todo o caso muito provável, tendo em conta os fenómenos em curso e a experiência recente, na Europa e na América latina em particular, que próximas crises político-sociais

envolvam massivamente divisões nas classes dominantes (em que o factor nacional pode ser elemento de precipitação) e rupturas nos aparelhos políticos constituídos (partidos, sistemas partidários, conflitos entre órgãos de poder, etc.) com

³⁴ Ibidem.

³⁵ No entanto, na entrevista citada (Poulantzas 1979), que teve lugar pouco tempo antes da morte, reitera a validade do pensamento de Lenin quanto à democracia directa e ao poder dos soviets, o Lenin de *O Estado e a Revolução*, que “podemos ainda utilizar”.

³⁶ V. o livro recente de Alan Shandro, *Lenin and the logic of hegemony. Political practice and theory in the class struggle*, Chicago, Haymarket Books, 2014.

inevitável impacto na vida e mobilização de grandes massas. Nesse sentido, é possível que a experiência democrática revolucionária portuguesa (em tempos não longínquos celebrada como pioneira de suaves transições à “democracia”, e esta como último estádio da História) contenha muitas outras lições a aproveitar. O estudo de Poulantzas sobre a *Crise das ditaduras* continuará a ser dos mais úteis para a esclarecer, nos seus êxitos como nas suas limitações.

Mas todo o conjunto da sua obra, embora filha de uma conjuntura precisa, continua a ser útil e em muitos aspectos actual, desde a crítica do economicismo e a valorização da especificidade do campo político até ao estudo do fascismo, do problema das classes médias no capitalismo actual ou à análise das transformações do Estado.

Não deixa de haver uma certa ironia no facto de a difusão dos conhecimentos que Nicos Poulantzas tanto contribuiu para desenvolver seja afinal um aspecto daquela “introdução da ciência no movimento operário” que, no *Que Fazer?*, Lenin expunha como uma das tarefas prioritárias dos revolucionários russos.

Embora o último Poulantzas recusasse esta parte do legado leninista, relativamente à experiência portuguesa ele não deixou de colocar como uma das questões vitais para a hegemonia das classes populares no processo de democratização, e uma das razões porque tal hegemonia foi rapidamente perdida, a falta (na sua óptica) “de um partido revolucionário de massas cujo papel, mais uma vez se constata, se revela indispensável”³⁷. A este respeito considera demoradamente as possibilidades dos partidos da esquerda, mas interroga-se e discute sobretudo o papel do MFA, “peça essencial” do processo de democratização que “teria podido constituir um *apoio* decisivo para essa hegemonia.”³⁸

Ambas as questões, a do partido e a da aliança revolucionária capaz de realizar uma combinação eficaz de coerção e consenso, integram afinal a questão do “elemento jacobino”, hoje como ontem indispensável, nas palavras de Gramsci, à formação duma nova “vontade colectiva nacional popular”.

Referências

³⁷ Poulantzas 1976, p. 169.

³⁸ *Ibidem*, p. 174.

Cabral, Manuel Villaverde, 1983, “The Portuguese Communist Party: the weight of fifty years of history”, in Howard Machin (ed.), *National Communism in Western Europe: a third way to socialism?*, Methuen, Londres e Nova Iorque .

Cerezales, Diego Palacios 2003, *O Poder caiu na rua. Crise de Estado e acções colectivas na revolução portuguesa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Chilcote, Ronald H. 2010, *The Portuguese revolution. State and class in the transition to democracy*, Lanham, Rowman and Littlefield.

Cunhal, Álvaro 1974, *Rumo à Vitória. As tarefas do Partido na revolução democrática e nacional* (1964), Porto, A Opinião.

1976, *A Crise político-militar. Discursos políticos 5*, Lisboa, *Avante!*

1976a, *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, Lisboa, *Avante!*

1977, Entrevista a *El País*, 28.9.1977

(http://elpais.com/diario/1977/09/28/internacional/244249201_850215.html)

1999, *A Verdade e a mentira na revolução de Abril*, Lisboa, *Avante!*

2007, *A Questão do Estado, questão central de cada revolução* (1970),

Lisboa, *Avante!*

2008, *Obras Escolhidas*, vol. IV, Lisboa, *Avante!*

2015, *Obras Escolhidas*, vol. VI, Lisboa, *Avante!*

Fonseca, Ronaldo G. 1983, *A Questão do Estado na revolução portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.

Jessop, Bob 1985, *Nicos Poulantzas, Marxist theory and socialist strategy*, MacMillan (<https://bobjessop.files.wordpress.com/2013/11/jessop-poulanzas.pdf>).

MacLeod, Alex 1984, *La Révolution inopportune. Les partis communistes français et italien face à la révolution portugaise*, Montreal, Nouvelle optique.

Pons, Silvio 2010, “The rise and fall of eurocommunism”, in Melvin Leffler e Odd Arne Westad (eds.), *The Cambridge History of the Cold War*, vol. III: *Endings*, Cambridge, Cambridge University Press

(<http://universitypublishingonline.org/cambridge/histories/chapter.jsf?bid=CBO9781139056106&cid=CBO9781139056106A007>)

2014, *The Global revolution. A history of international communism 1917-1991*, Oxford, Oxford University Press.

Poulantzas, Nicos 1968, *Pouvoir politique et classes sociales*, Paris, Maspero.

1970, *Fascisme et dictature: la Troisième Internationale face au fascisme*, Paris, Maspero.

1974, *Les Classes sociales dans le capitalisme d'aujourd'hui*, Paris, Seuil.

1975, *La Crise des dictatures. Portugal, Grèce, Espagne*, Paris, Maspero.

1976, *La Crise des dictatures. Portugal, Grèce, Espagne*, 2ème édition, Paris, Maspero.

1978, *O Estado, o poder, o socialismo*, Lisboa, Moraes, 1978.

1979, Entrevista a Stuart Hall e Alan Hunt, *Marxism Today*, Julho 1979 (http://banmarchive.org.uk/collections/mt/pdf/07_79_194.pdf)

Rosas, Fernando 2014, “Ser e não ser – Notas sobre a revolução portuguesa de 1974/75 no seu 40º aniversário”: <http://www.esquerda.net/artigo/ser-e-nao-ser-notas-sobre-revolucao-portuguesa-de-7475-no-seu-40o-aniversario/32360>.

Sperling, Urte 1987, *Portugal – von Salazar zu Soares. Krise der Diktatur und Systemstabilisierung in einem europaischen “Entwicklungsland”*, Marburgo, Verlag Arbeiterbewegung und Gesellschaftswissenschaft.

2014, *Die Nelkenrevolution in Portugal*, Colónia, PapyRossa Verlag.

Varela, Raquel 2011, *A História do PCP na revolução dos cravos*, Lisboa, Bertrand.

2014, *História do povo na revolução portuguesa 1974/75*, Lisboa, Bertrand.

Varela, Raquel et alii 2015, *O que é uma revolução? Teoria, história, historiografia*, Lisboa, Colibri.

Varela, Raquel (coord.) 2012, *Revolução ou Transição? História e memória da revolução dos cravos*, Lisboa, Bertrand.

III Jornadas Nicos Poulantzas
Cemarx/IFCH/Unicamp
16 a 18 de novembro de 2016